

A NATUREZA DO ACONTECIMENTO PÚBLICO¹ ***Uma análise do caso Tancredo Neves 25 anos depois***

Telma Sueli Pinto Johnson²

Resumo: Este artigo trata da natureza do acontecimento público dentro da perspectiva da microsociologia pragmática. Esta perspectiva inverte e confronta a perspectiva de acontecimento midiático, cuja abordagem centra apenas na ótica do acontecimento público e sua relação com a mídia. Tratamos aqui da natureza perturbadora do acontecimento público e sua recepção dentro de uma ordem social estabelecida, das operações, práticas e debates que engendra e seus desdobramentos em ações e reações na esfera pública. A agonia e morte do presidente eleito e não-empossado Tancredo Neves são retomadas para fundamentarmos uma análise sobre como e sob quais condições o caso tornou-se um acontecimento público individualizado, socializado e configurado como problema público no processo de redemocratização do Brasil.

Palavras-Chave: Acontecimento 1. Pragmática 2. Problema público 3.

1. Introdução

A agonia e morte do então presidente eleito Tancredo Neves, em pleno processo de transição para o retorno da República Civil no Brasil, podem ser vistas, e estudadas, sob várias perspectivas. A perspectiva que apresento aqui trata do caso Tancredo Neves dentro de uma abordagem pragmática de acontecimento público e confronta a perspectiva de “acontecimento midiático”. O ponto de partida é o pressuposto de que o acontecimento público é um fenômeno social amplo e complexo e não pode, portanto, ser reduzido à análise da esfera da “mídia”.

Os meios de comunicação tradicionais – e agora os computadores pessoais, a Internet e os meios móveis - tornaram as informações cada vez mais acessíveis a um número indefinido de pessoas. Em cada meio há uma forma específica de narrar os fatos, explorá-los, interpretá-los e analisá-los. Mas poderíamos dizer que os fatos brutos se tornam

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Sociabilidade”, do XIX Encontro da Compós, na PUC Rio, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2010.

² Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais – E-mail: tjohnson@globo.com

acontecimentos públicos apenas quando ganham a forma de narrativas jornalísticas e caráter de visibilidade quando noticiados pelos meios de comunicação?

A reflexão sobre a natureza dos acontecimentos é um campo ainda não satisfatoriamente explorado nas ciências humanas e sociais. Há uma tendência, em geral, de considerar o acontecimento público sob a ótica de sua relação com a mídia. O papel da mídia é um dos componentes dos acontecimentos públicos, mas não é o único. A recepção dos acontecimentos no âmbito social, as operações e práticas de discussão e debates que engendra e seus desdobramentos em ações e reações na esfera pública, são parte intrínseca do fenômeno acontecimental.

Neste artigo, começo por fazer uma breve revisão da literatura sobre a noção de acontecimento público para designar um acontecimento sentido, percebido e experienciado coletivamente, em contraste com o acontecimento privado que envolve um acontecimento íntimo e emocional e é ligado a questões individuais e familiares. Interessa-nos, portanto, tratar da natureza perturbadora do acontecimento público dentro de uma ordem social estabelecida para então fundamentar uma análise sobre como e sob quais condições o caso Tancredo Neves tornou-se um acontecimento público individualizado, socializado e significado no processo de redemocratização do País.

2. Acontecimento como campo problemático

Um artigo clássico de 1974 do historiador Pierre Nora, intitulado *Le retour de l'événement*,³ lançou o programa teórico de uma “história contemporânea” que rejeitava as bases da história positivista, historicista, centrada no estudo do passado desvinculado do presente. A modernidade democrática, para Nora, instituiu um fenômeno novo, o acontecimento, que existe somente através dos meios de comunicação de massa. “Nas sociedades contemporâneas é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar” (NORA, 1988, p. 181).

Essa perspectiva pressupõe que para que haja acontecimento é necessário que ele seja conhecido e, portanto, acontecimento e mídia são inseparáveis. Dessa forma, imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. Ao contrário das sociedades tradicionais, que tendiam a negar o acontecimento em favor da continuidade histórica, do

³ Na versão em língua portuguesa publicada no Brasil, “O retorno do evento” (1988).

equilíbrio de normas e valores e da estabilidade social, as sociedades contemporâneas são caracterizadas pelo estado de “superinformação perpétua” e de “subinformação crônica”.

A obra de Nora identifica o nascimento do acontecimento moderno no final do século XIX, no contexto da sociedade industrial, e o seu desenvolvimento com a “mundialização”. Para Nora, o caso Dreyfus foi o primeiro exemplo de acontecimento moderno em que a mídia teve papel fundamental ao trazê-lo à cena pública, alimentar a sua visibilidade, projetá-lo sob o caráter de espetáculo e provocar ecos na opinião pública. O caso Dreyfus foi um escândalo social e político que aconteceu na França e, segundo as enciclopédias jurídicas, se configura no mais famoso erro judiciário de todos os tempos.

Alfredo Dreyfus foi um capitão judeu do exército francês condenado por alta traição, em 1894, sob a acusação de ser o autor de uma carta oferecendo documentos secretos militares à embaixada alemã. A carta, encontrada pelo serviço de contra-espionagem da França, levou Dreyfus a ser condenado à prisão perpétua e deportado para a Ilha do Diabo, presídio de segurança máxima na Guiana Francesa. O polêmico caso revelou-se como um processo de acusação fraudulento, promovido pelas correntes anti-semitas do exército francês. O oficial era, na verdade, inocente e todo o processo foi baseado em documentos falsos. Ele finalmente foi indultado, em 1906, e readmitido no exército como comandante e condecorado com a Legião de Honra.

O caso Dreyfus ganhou notoriedade por ter dividido a França entre os *dreyfusards*, que faziam campanha pela revisão do processo judicial, e os *anti-dreyfusards*, contrários à revisão, ambos envolvidos em manifestações, barricadas e protestos públicos agitados e violentos. Os mais diversos interesses estavam em jogo. À direita, estavam a nobreza, o clero, os anti-semitas, os militares (*anti-dreyfusards*). À esquerda, os liberais, os progressistas, os intelectuais, os jornalistas.

O papel da imprensa de oposição no episódio, visto sob a perspectiva de acontecimento midiático, foi fundamental para o desfecho do caso ao enfrentar a informação oficial, revelar os bastidores do caso, confrontar os testemunhos e mobilizar a opinião pública. É assim que Nora vai afirmar que a publicidade, no sentido de publicização dos fatos pela mídia, “é a lei do bronze do acontecimento moderno” (1988, p. 186). O caso Dreyfus, assim, foi um acontecimento político midiático. Como muitos outros acontecimentos, nas sociedades contemporâneas democráticas, ele é considerado como tendo mobilizado o imaginário de massa e provocado mudanças sociais, nas práticas e representações.

A proposição de Nora ganhou ressonância nas ciências da informação e da comunicação que recorrem à noção de acontecimento, via de regra, como acontecimento midiático. Nessa acepção, os critérios de noticiabilidade classificam os fatos brutos numa espécie de linha contínua onde o banal, o normal, o previsível situa-se num extremo julgado como fato não-acontecimental, sem qualquer importância para a mídia e suas possíveis audiências; num outro extremo está o espetacular, o anormal, o inesperado, isto é, o que faz notícia, que apela à mídia e, por isso, merece ser partilhada com o público.

Uma dessas correntes de pensamento é identificada no paradigma construtivista. O sociólogo francês Patrick Champagne, que tem se dedicado a estudar os mecanismos simbólicos de dominação social, identifica a mídia como um dos mecanismos de construção social dos acontecimentos e essa construção funciona no sentido de fabricação. Champagne chega a afirmar que um obstáculo importante à política de tratamento dos males sociais pode muito bem estar no fato de que os males sociais tendem a ter uma existência visível apenas quando a mídia fala, isto é, quando são reconhecidos.

Sem dúvida, pondera o sociólogo, os jornalistas não inventam a partir do zero os problemas que discutem. Para ele, os jornalistas pensam, não sem razão, que contribuem para a sensibilização de trazê-los ao debate público. Entretanto, Champagne diz que seria ingênuo pensar que a mídia apenas retrata os acontecimentos como eles são, porque na verdade esses acontecimentos, no plano midiático, sofrem uma série de desconstruções e distorções que dependem fortemente dos interesses específicos do setor de atividade da mídia.

Nesse sentido, os meios de comunicação atuam em conjunto fabricando uma representação social que, mesmo quando muito distante da realidade, persiste apesar dos desmentidos ou correções que são feitas mais tarde. Champagne chama especial atenção para a forte dominação da televisão dentro do campo jornalístico, especialmente os acontecimentos transmitidos pelos telejornais. Segundo ele, a informação imagética produz um efeito dramático próprio que atinge diretamente as emoções coletivas. As imagens, nessa concepção, exercem um efeito de evidência muito poderosa sobre os fatos - mais do que o discurso jornalístico - embora elas também sejam o produto de um trabalho mais ou menos explícito de seleção.

A fabricação de efeitos pelos meios de comunicação de massa cria, assim, uma visão mediatizada da realidade. Em função disso, Champagne afirma que o campo do jornalismo tornou-se, em muitos domínios, uma localização estratégica de grande importância e

praticamente incontornável. “É difícil agir fora da mídia ou, ocasionalmente, contra ela” (2001, p.66). É por isso que há uma luta capital entre a imprensa e o poder político. Os jornalistas, de um lado, querendo provar a sua autonomia profissional em relação ao poder, e os políticos, por outro lado, tentando controlar os meios de comunicação como eles podem.

Numa perspectiva construtivista mais moderada, os acontecimentos existem à medida que os meios de comunicação os constroem, os formatam. Essa abordagem, que ficou conhecida como teoria do *newsmaking*, não trata o acontecimento como fabricação da realidade, mas como resultado de um conjunto de critérios de relevância e de “noticiabilidade” adotados pelos meios de comunicação. Essa teoria, fundada na metodologia da etnografia da comunicação, articula-se principalmente sobre a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e os processos de produção.

A socióloga norte-americana Gaye Tuchman, apoiada em idéias desenvolvidas pela sociologia do trabalho, referiu-se aos eventos (ocorrências no mundo cotidiano), notícias (descrições e explicações de eventos apresentados pela mídia) e eventos-como-notícias para analisar como a mídia identifica, define, processa e apresenta acontecimentos inesperados. A sua pesquisa, considerada um clássico em teorias da comunicação, concluiu que as organizações jornalísticas podem processar eventos aparentemente inesperados, incluindo emergências e desastres, porque elas tipificam eventos-como-notícias pela maneira pela qual eles acontecem e em termos de ramificações das ocorrências.

Em outras palavras, a mídia constrói e reconstrói a realidade social ao estabelecer o contexto no qual os fenômenos sociais são percebidos e definidos. Tuchman (1973) apresenta uma modificação essencial em relação às pesquisas anteriores, que consideram os acontecimentos midiáticos como “distorções” da realidade. Para ela, cada realidade socialmente construída tem significação e significância e que a própria noção de “distorção” é um conceito construído. Sem os processos que padronizam e tornam rotineiras as práticas de produção para fazer frente aos acontecimentos imprevistos, observa Tuchman, as organizações jornalísticas não sobreviveriam.

A construção da realidade através da redefinição, reconsideração e redescrição é um processo progressivo. As tipificações dos jornalistas indicam que pode ser importante pensar nas notícias não como uma distorção mas, em vez disso, como reconstituição do mundo cotidiano (TUCHMAN, 1973, p. 129).

A perspectiva de Tuchman é retomada pelo teórico francês Maurice Mouillaud, ainda na linha do construtivismo moderado, para fazer a distinção entre “fato” e “acontecimento”. Para Mouillaud, “o acontecimento é a sombra de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito do ‘fato’” (2002, p. 51). O teórico compartilha a crítica da ideologia espontânea dos meios de comunicação como proposta por Tuchman, no sentido de uma certa moldura arbitrária aplicada sobre a realidade social. Mas ele vai além para dizer que o modelo ao qual todo acontecimento se deve conformar para ser uma informação é o modelo do paradigma factual. “O ‘fato’ serve de envelope para a experiência. Permite-lhe circular e permutar-se sobre a forma padrão, enquanto que a experiência se esgota em uma polissemia de interpretantes que se disseminam no campo” (2002, p. 60).

Isso significa, para Mouillaud, que “fato” e “acontecimento” têm estatutos diferentes. O “fato” seria o paradigma universal que permite descrever os acontecimentos, ou seja, a leitura da experiência que é codificada e arbitrária. Nesse sentido, a experiência ganha uma dimensão espaço-temporal e, por isso, não pode ser reproduzível. Já o acontecimento é diferente; ele seria sempre plural, designando uma exigência da representação e, portanto, funcionando como uma moldura que revela os fragmentos da experiência.

É assim que Mouillaud considera que o acontecimento midiático tem uma dupla face: a informação que transporta, pelo seu caráter móvel, e a informação que silencia, pelo seu caráter de moldura, corte, focalização e direcionamento:

No próprio momento que o acontecimento é projetado, um processo inverso o põe a distância como algo que é impossível de atingir-se ou, pelo menos, do qual só se poderá captar visões parciais, e do qual a totalidade escapa. Todo acontecimento pressuporia que fossem desdobrados um saber e um não-saber, um mundo e um fim-de-mundo. Os grandes acontecimentos da mídia seriam aqueles que permitem não somente ver, mas não ver. Seria aqui o caso de uma estratégia da mídia que injeta mais-valia à informação, fazendo recuar o acontecimento em um fundo de trevas [...] O acontecimento seria um recurso cujo valor residiria menos no que ele é do que no que não é (MOUILLAUD, 2002, p. 81).

Essa revisão histórica não teve, de forma alguma, a intenção de exaurir as diversas correntes de pensamento e paradigmas que tratam da noção de acontecimento. Apenas as perspectivas tradicionais mais relevantes foram resgatadas para situar o leitor num contexto mais amplo da literatura do acontecimento, especialmente da forte tendência existente de que todo acontecimento é midiático e, portanto, como as noções de acontecimento e mídia são

operadas como entrecruzadas e interdependentes. No próximo tópico vamos tratar, mais especificamente, das abordagens microssociológicas que tratam do acontecimento dentro de uma perspectiva semântica e pragmática, em oposição às perspectivas que descrevemos acima, como forma de fundamentar a nossa análise sobre o caso Tancredo Neves como acontecimento público.

3. A irreducibilidade do acontecimento público como acontecimento midiático

As perspectivas da nova “história contemporânea” e do “construtivismo social” não apenas focalizam a noção de acontecimento como acontecimento essencialmente midiático, mas também nos fatos acontecimentais a partir do momento que são noticiados pela mídia. Há uma outra abordagem, contudo, mais complexa e promissora, que trata da constituição simbólica dos acontecimentos num contexto mais amplo que não se limita à produção de notícias. Essa mudança de foco lança mão de novas ferramentas conceituais e metodológicas para dar conta das várias dimensões dos acontecimentos públicos, ou seja, como eles adquirem identidade, significação, valor e como os acontecimentos se tornam individualizados pela socialização.

A microssociologia pragmática recorre à individualização dos acontecimentos, partindo dos moldes propostos por Erving Goffman, como um lugar natural da organização da experiência. A análise da realidade social feita por Goffman põe em relevo a perspectiva situacional para isolar algumas das estruturas básicas de percepção e entendimento disponíveis na sociedade contemporânea para fazer sentido dos acontecimentos e para compreender as vulnerabilidades especiais aos quais esses quadros de referências estão sujeitos.

Em sua obra *Frame Analysis* (1974), Goffman lança mão do termo “frame” (quadro) para se referir aos elementos básicos da experiência. As situações são definidas, assim, pelos princípios de organização que governam os acontecimentos e pelo envolvimento subjetivo dos indivíduos, que resultam na forma como a experiência é organizada. “Eu não estou tratando da estrutura da vida social, mas da estrutura que as experiências individuais têm em qualquer momento de suas vidas sociais” (GOFFMAN, 1974, p. 13). As estruturas, nesse sentido, são esquemas de interpretação que podem ser chamados de “primários”.

Goffman vai explicar que a expressão “estruturas primárias”, seus princípios, seu sistema, é vista por aqueles que as aplicam como dependendo ou lembrando alguma

interpretação anterior ou “original”. As estruturas primárias variam em grau de organização; algumas são claramente apresentadas como um sistema de entidades, postulados e regras; outras – a maioria – não parecem ter qualquer forma articulada aparente, fornecendo somente uma instrução de entendimento, abordagem ou perspectiva. Qualquer que seja o grau de organização, cada estrutura primária permite ao seu usuário localizar, perceber, identificar e rotular uma variedade infinita de ocorrências concretas.

É provável que ele [o usuário] não esteja consciente de tais características organizadas que o quadro tem e seja incapaz de descrever o quadro com qualquer completude se for perguntado, entretanto essas desvantagens não são barreiras para que ele as aplique fácil e completamente (GOFFMAN, 1974, p. 22).

As estruturas primárias podem ser naturais, como ocorrências puramente físicas, como no caso da queda de uma chuva; como também podem ser sociais, no sentido de fornecer um fundo de pano para os acontecimentos e chamar por ações guiadas como, por exemplo, fechar as janelas quando a chuva começa a cair. Em conjunto, as estruturas primárias de um grupo social particular constituem um elemento central de sua cultura, especialmente até onde os entendimentos emergem em relação às classes principais de representação, as relações dessas classes com outras, e a soma total de forças e agentes que esses modelos interpretativos reconhecem ser móveis no mundo.

Essas estruturas primárias⁴, tanto naturais como sociais, afetam tanto os participantes de uma sociedade envolvidos numa determinada atividade como também os espectadores, que também se vêem ativamente envolvidos em busca de quadros de referência. É assim que Goffman considera que os indivíduos raramente podem olhar para qualquer coisa sem aplicar uma estrutura primária, desse modo formando conjecturas em relação ao que ocorreu antes e sobre expectativas do que é provável de acontecer.

Qual é a importância desse fundamento teórico para a noção de acontecimento dentro de uma perspectiva pragmática? É, justamente, porque os quadros primários ajudam a reduzir a incerteza e a complexidade das situações e definem as formas de envolvimento apropriadas diante de cada situação em particular. O sociólogo Louis Quéré observa que quando há uma ruptura num quadro e a incapacidade de substituir um quadro pelo outro, a situação se torna

⁴ Em função das limitações de espaço, não nos deteremos sobre as classificações distintas que Goffman para definir as estruturas primárias. Para mais detalhes, consultar a Introdução e Capítulos 1 e 2 da obra “Frame Analysis” (1974).

ininteligível e os indivíduos se vêem como incapazes de definir uma resposta coerente para as perguntas: O que está acontecendo? Por quê? Como? Com quais consequências?

A experiência torna-se “negativa” e desaparece como experiência, ela existe somente se ela pode se organizar. Um quadro fornece não somente recursos interpretativos para identificar o que acontece e dar significado; ele também levanta expectativas quanto ao desenvolvimento futuro da situação vivenciada, tanto em relação aos acontecimentos possíveis e prováveis, quanto às ocorrências admissíveis e quanto à natureza do ponto final. Enfim, um quadro estrutura a temporalização da situação, ou seja, a articulação das dimensões do passado, do presente e do futuro que o constituem (QUÉRÉ, 1997, p. 426).

Um aspecto importante trazido por essa abordagem é o caráter espaço-temporal do acontecimento. Ele acontece em algum lugar, ou seja, num ambiente físico (ou agora em tempos de novas tecnologias da comunicação e informação, também num ambiente on-line), num momento determinado no tempo. O acontecimento, tendo uma duração no sentido de começo, meio e fim, sofre um percurso temporal, dentro de toda uma dinâmica de incertezas e indeterminações. Esse é o motivo pelo qual somente quando o acontecimento tornou-se uma ocorrência do passado é que ele pode ganhar significações e compreensões dentro de um novo quadro de referências.

O que caracteriza o acontecimento é a evidência de uma ruptura num quadro de sentidos, de referencialidade, de inteligibilidade. Ele perturba uma ordem social regular contínua, um horizonte de expectativas, tornando a sociedade incapaz de entender o que está acontecendo e, portanto, de enquadrar e descrever o que está acontecendo dentro de um quadro prévio de ocorrências similares. É o que faz o acontecimento um fenômeno singular, ambíguo e complexo. Essa incerteza sobre o significado do acontecimento tem uma dupla face: embora as pessoas saibam que algo está acontecendo, elas não sabem exatamente o quê está acontecendo e com quais consequências. Uma nova inteligibilidade começa, então, a ser desencadeada à medida que o acontecimento cumpre a sua trajetória em direção a um desfecho.

O acontecimento público, numa perspectiva pragmática, não pode ser reduzido nem ao seu surgimento concreto num espaço e tempo e nem à sua configuração pública pela mídia. A análise da construção social dos acontecimentos deve levar em conta que a recepção pública de um acontecimento não é simplesmente um caso de atribuição de sentido ao que

acontece, mas um processo coletivo de individualização e de socialização do acontecimento em questão. Essa recepção não se limita ao momento da recepção do público do que foi noticiado pela mídia porque continua no encadeamento das operações que lhe dão forma e significado.

Um acontecimento é individualizado à medida que é portador de uma identidade e de uma significação que o singularizam claramente. É este acontecimento, com seus atributos próprios, e não um outro. Essa individualização é uma socialização; um acontecimento individualizado é um acontecimento inscrito numa ordem social, um acontecimento onde identidade e significação são articuladas pelas formas simbólicas de uma cultura (QUÉRÉ, 1995). As formas simbólicas são, antes de tudo, interpretativas porque fornecem o pano de fundo das regras de identificação e da significação.

Esse processo interpretativo que envolve a individualização do acontecimento pode ser diferenciado em três aspectos, de acordo com Quéré:

a) A escolha de uma “descrição” para o acontecimento – Acontece após o anúncio do acontecimento. É quando o acontecimento é categorizado e são respondidas questões como: O que é isso? O que aconteceu? O que tem acontecido? Essas respostas colocam o acontecimento sob uma descrição;

b) A “mise en intrigue” (intrigamento) do acontecimento – ele se faz através da narração do que aconteceu. Esse intrigamento configura uma sucessão de ocorrências ou um encadeamento de atos em uma totalidade inteligível. Na maioria das vezes, ele se apóia sobre o conhecimento da questão final do acontecimento por ordenar a história de tal forma que o encadeamento dos fatos apresentados leva ao resultado final;

c) O trabalho de “normalização” do acontecimento – A normalização de um acontecimento significa, aqui, a redução de sua contingência e sua indeterminação. O seu caráter típico se torna manifesto em comparação a outros acontecimentos da mesma ordem, dotando-o de um passado e de um futuro. Ele tem o efeito de criar essa ou aquela situação e de provocar esse ou aquele problema.

Em suma, a descrição identificante, o intrigamento e a normalização realizam a individualização do acontecimento e, portanto, sua significação. O alcance da identidade e significação, entretanto, não são processos lineares, estáveis e fixos; ao contrário, um acontecimento pode ser redeslanchado a todo momento, podendo mudar de identidade e significação no tempo, em função do contexto, implicações e reinterpretações. A

individualização do acontecimento, dessa forma, acontece num pano de fundo de práticas instituídas, hábitos de ação e reação próprias a uma forma de vida e capacidades de ação socialmente organizadas.

A recepção pública dos acontecimentos não traz à tona apenas problemas de identificação e compreensão. Quéré (1995) chama a atenção para o fato de que certas ocorrências/eventos são precisamente acontecimentos porque eles são problemáticos em relação ao horizonte de expectativas ou porque contrariam, complexificam, aceleram “intrigas” em curso numa coletividade. Os acontecimentos, assim, convocam ações sobre as situações que criam ou revelam, sobre as perturbações que eles introduzem e sobre as consequências que têm. O acontecimento, dessa forma, tem essa capacidade de afetação (emocional) pública e de causar a reestruturação de um campo prático que permite elaborar soluções.

Uma questão importante que merece ser enfatizada, nessa linha de pensamento, é que nem todos os acontecimentos são acontecimentos públicos. O acontecimento público é fundamentalmente um acontecimento da atualidade, inscrito e tematizado num registro particular, aquele dos problemas públicos e de seu tratamento pela ação pública. Os problemas públicos, observa Quéré (2000) em outra obra, não podem ser confundidos com “problemas sociais”, nem a ação pública com a ação coletiva ou a ação do Estado (ou das instituições).

Os problemas sociais são mais vastos que os problemas públicos - para tornar-se um problema público, um problema social deve ser tematizado de uma certa maneira e num certo campo -, e a ação pública pode, dessa forma, ser o fato de movimentos sociais, de movimentos de opinião, de associações e de comitês de cidadãos, de intelectuais intervindo publicamente [...] É por meio do exame público dos acontecimentos salientes que os problemas públicos são formulados, tematizados e tornados administráveis (QUÉRÉ, 2000, p. 15).

Há uma ligação estreita entre acontecimento, experiência pública, individualização do acontecimento e construção de problemas públicos. Em face dessa associação, o argumento pragmatista vai dizer que a individualização de um acontecimento tem por matriz sua determinação e sua recepção no fluxo de uma experiência em curso de organização. A individualização, ou socialização do acontecimento, reinscreve a configuração dos acontecimentos numa dinâmica experiencial onde ela coloca em relevo uma resposta ativa dos que foram afetados pela situação problemática.

4. Uma inversão de perspectivas: O caso Tancredo Neves

Não se pode negar que a agonia e morte do presidente Tancredo Neves foi um acontecimento público. Não um acontecimento público reduzido à interpretação de acontecimento midiático. Mas acontecimento público situado numa dimensão espaço-temporal, anunciado pelos meios de comunicação de massa, que provocou rupturas nos quadros de sentido, ganhou contornos e desdobramentos próprios na esfera da recepção pública, se individualizou dentro das suas características e propriedades diferenciais e únicas em relação a outros fatos políticos, e configurou-se como um problema público.

Nessa análise, podemos dizer que o caso Tancredo Neves nos permite pelo menos duas grades de interpretação. Em primeiro lugar, este acontecimento pode ser interpretado em termos de descrição política e ser categorizado dentro do aspecto da transição do regime militar ditatorial para o regime de abertura civil. Em 14 de março de 1985, véspera de tomar posse como presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo e familiares assistiram missa em ação de graças celebrada em sua homenagem no santuário Dom Bosco, em Brasília. No mesmo dia à noite, o chefe do serviço médico da Câmara dos Deputados, doutor Renault Matos Ribeiro, foi chamado às pressas para atender o presidente eleito, que sofria de fortes dores abdominais.

Os meios de comunicação anunciaram a notícia, o diagnóstico de apendicite e a cirurgia inesperada no Hospital de Base de Brasília aos 37 minutos do dia 15 de março. Segundo informações transmitidas após a cirurgia, o presidente sofria de diverticulite, responsável por provocar dores semelhantes às crises de apendicite. Nos primeiros momentos do anúncio da notícia, ninguém sabia o que realmente estava acontecendo, as possíveis implicações e nem mesmo a gravidade do problema. Era a fase inicial do acontecimento público, cheio de incertezas, indeterminações em função da descontinuidade de um horizonte de perspectivas e falta de referências dentro de um quadro de sentidos. Só com a fase de intrigamento do caso - outras seis cirurgias, complicações infecciosas e então a morte do presidente em 21 de abril daquele ano – é que o acontecimento foi se revelando aos poucos, individualizado, tematizado e problematizado como problema público.

Em segundo lugar, nós podemos traçar este acontecimento político dentro de um contexto histórico. A eleição de Tancredo Neves, resultado de uma composição entre forças conservadoras, moderadas e progressistas do País, significou um momento de transição e a

sua posse marcaria um primeiro passo concreto para abertura do processo de democratização do País. Embora alguns atribuam a volta do regime democrático ao início do último governo militar no Brasil, do presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), em função da atenuação das legislações coercitivas vigentes até então, o fato é que mesmo nesse período inúmeras irregularidades foram cometidas, como o caso do jornalista policial Mário Eugênio, assassinado em Brasília em 1984. Mário Eugênio investigava um grupo criminoso organizado na capital federal, responsável por inúmeros contrabandos e assassinatos.

Embora a legislação coercitiva não continuasse a ser aplicada em larga escala como durante os anos de 1979 e 1985, as agressões físicas continuavam a ocorrer e intensificou um outro tipo de censura, não mais a censura prévia do Ato Institucional nº 5 (AI-5), mas a censura patronal e a auto-censura. Não haveria mais censores permanentes dentro das redações jornalísticas, agora eram os próprios funcionários das empresas que tinham a função de julgar a notícia, cortando-lhes trechos, períodos ou o texto inteiro. Esses novos censores – editor local, editor nacional e editor-redator-chefe – tinham especificamente a função de direcionar o noticiário de acordo com as identificações ideológicas da empresa.

O AI-5 instalou no Brasil a censura prévia à imprensa em 22 de novembro de 1968. Com este ato, ao presidente da República foram dados amplos poderes de baixar decretos-leis que não precisavam ser legitimados pela Constituição Federal. O AI-5 foi consistente com a orientação dos governos militares que haviam se estabelecido no Brasil em 1964 sob o argumento de conter a emergência do comunismo no País. Uma das principais técnicas do governo era enviar censores às redações jornalísticas para controlar e filtrar o material a ser divulgado. As pressões também eram direcionadas para o afastamento e demissão de jornalistas contestatórios. Em troca, as organizações jornalísticas eram favorecidas na liberação de empréstimos financeiros, importação de equipamentos vitais, concessões e publicidade governamental.

Revolução ou golpe militar? Independente de denominação, os governos militares que se instalaram no Brasil após 1964 provocaram mudanças radicais no curso da história brasileira. O forte controle que o Estado passou a exercer sobre todas as atividades do país não só contribuiu para o retrocesso cultural da sociedade e feriu consideravelmente a democracia até então estabelecida, como também prejudicou em demasia a imprensa. Embora durante o Estado Novo (1937-1945) com a ditadura Getúlio Vargas a imprensa tivesse

sofrido pressões e prejuízos, é após 31 de março de 1964 que acontece uma verdadeira ruptura na história política do País.

Esse pano de fundo que marcava a transição política era do conhecimento de muitos, mas situado dentro da emergência do acontecimento da agonia do presidente, as incertezas do que aconteceria e as conseqüências para o futuro do País tornaram o caso nublado e ininteligível. Nas ruas, a comoção pública, as manifestações populares, os ritos ecumênicos; na área política, a preocupação em esconder da população algum indício mais grave de anormalidade. A esquerda, que havia trabalhado numa intensa campanha mal-sucedida pelas “Diretas Já”, começava a se mobilizar novamente para a retomada da bandeira das eleições diretas. A direita aguardava o desenrolar das repercussões dramáticas do episódio, gerando o temor de regressão nas conquistas que impulsionariam a volta da República civil.

Uma outra dúvida figurava no centro do debate político: quem assumiria a presidência em exercício? O vice-presidente José Sarney ou o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães? O impasse colocava em oposição, de um lado, os grupos mais radicais do PMDB, que defendiam a assunção de Ulysses Guimarães na escala hierárquica sucessória, e, de outro, o próprio governo que defendia o adiamento da posse e se recusava a transmitir o cargo. O impasse foi solucionado com a interferência do próprio presidente da Câmara, após consulta a muitos constitucionalistas renomados, de que impedir Sarney de tomar posse seria invalidar a legitimidade da eleição do colégio eleitoral e, portanto, voltar o processo de transição à estaca zero. Sarney tomou posse no dia 15 de março e foi efetivado na presidência, automaticamente, no dia 22 de abril, um dia após a morte de Tancredo Neves.

Essa sucessão de ocorrências torna evidente, ao analisar o caso Tancredo Neves, que muitas vezes um acontecimento é uma coleção de ocorrências, de coisas aparentemente heterogêneas e que sua qualificação requer uma síntese desses elementos sob uma descrição e um processo de intrigamento para se chegar a um desfecho normativo, ou seja, uma totalidade individualizada e inteligível. O caso Tancredo, portanto, não foi apenas um acontecimento social e político, simples e pontual, transmitido pela mídia.

O seu status foi muito mais complexo. Foi um “acontecimento coletivo”, para utilizar a expressão de Quéré (1997), dotado de uma individualidade irreduzível à soma dos acontecimentos parciais ou, como poderíamos dizer, de micro-acontecimentos que só agora nós podemos melhor compreender e situá-lo dentro do quadro de referências que se abriu,

nos afetou, nos fez sofrer, nos comoveu, nos amadureceu e nos permitiu vislumbrar um novo horizonte de expectativas e de possíveis.

5. Algumas reflexões finais

Este artigo fez um exercício de reflexão para demonstrar como a problemática do acontecimento pode ser tratada para além da simples noção de “acontecimento midiático”, ou seja, acontecimento como produção, circulação e consumo de mensagens midiáticas na sociedade contemporânea.

Nossa proposta foi discutir a noção de acontecimento dentro de uma perspectiva microsociológica pragmática que possibilita abordar a natureza dos acontecimentos dentro de seus contextos e situações particulares, atravessados por condicionantes de tempo e espaço, que só ganham identidade e significância após um processo de individualização, de socialização, no espaço público.

Não queremos dizer que não existem acontecimentos midiáticos, isto é, provocados e promovidos pela mídia. Sim, eles existem. Nossa intenção, contudo, foi mostrar que não existem só acontecimentos midiáticos e que nem todos os acontecimentos são acontecimentos públicos, ou seja, dotados de uma significação particular capaz de provocar rupturas em quadros de sentido numa determinada sociedade ou grupo social e criar novos quadros de inteligibilidade.

Há, sem dúvida, acontecimentos públicos mais complexos que outros que afetam subjetividades e coletividades e merecem ser estudados dentro de suas particularidades e especificidades. Desse ponto de vista, não poderíamos afirmar que alguns fatos só tornam acontecimentos públicos porque a mídia os noticiou. O papel da mídia é de grande importância, imprescindível para a recepção das experiências midiaticizadas, mas pela própria característica peculiar dos acontecimentos públicos, como aqui descrevemos, a percepção, discussão, mobilização e ação social é o que faz com que este e não aquele acontecimento ganhe caráter de problema público.

Referências

CHAMPAGNE, Patrick. **La construction médiatique des malaises sociaux**. Actes de la recherche em sciences sociales, 1990, p. 64-75.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1974.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In.: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 49-83.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

QUÉRÉ, Louis. L'espace public comme forme et comme événement. In: JOSEPH, I. (Org.). **Prendre place**. Espace public et culture dramatique. Colloque de Cérizy. Paris: Ed. Recherches, 1995.

QUÉRÉ, Louis. L'événement. In: BEAUD, Paul et al. **Sociologie de la communication**. Paris: CNET, 1997, p. 413-432.

QUÉRÉ, Louis. L'individualisation des événements dans le cadre de l'expérience publique. In: BOURDON, P. (Org.) **Processus du sens**. Paris: L'Harmattan, 2000.

TUCHMAN, Gaye. **Making news by doing work: routinizing the unexpected**. American Journal of Sociology, 1973, vol. 79, n. 1, p. 110-131.